



Um por todos, todos contra o Covid-19



Chico Vigilante

Deputado distrital e presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara Legislativa do DF

A pandemia demonstra de forma pedagógica as perversidades do capitalismo e, no caso do Brasil, a natureza da elite bilionária que exerce os mecanismos de poder que fazem do país a pior distribuição de renda do mundo, entre os países que têm um PIB relevante.

Antes da pandemia, já éramos a 8ª pior desigualdade do planeta, apesar de termos um IDH (índice de desenvolvimento humano)

relativamente bom. Ou seja, nosso país não é pobre. Mas a concentração brutal de renda faz com que tenhamos muitos bilionários, uma classe média de renda alta relativamente numerosa e uma maioria imensa de pobres e miseráveis.

Durante os governos Lula e Dilma, a desigualdade caiu e o IDH subiu, por conta de programas como o Bolsa Família, Fundeb, as cisternas, o avanço do Pronaf e a geração de 20 milhões de empregos formais, entre outros. Desde o golpe de 2016, o país voltou a ficar mais desigual.

As políticas econômicas de Temer e Bolsonaro e Paulo Guedes só pioraram a desigualdade, pois o desemprego aumentou e as políticas sociais foram esvaziadas. E, por isso, já entramos na pandemia em cenário de deterioração das condições sociais e mais desigualdade.

E a forma como o governo enfrentou a crise sanitária piorou tudo. No ano passado, graças ao auxílio emergencial conquistado pela luta da oposição, escapamos do caos. Mas neste ano de 2021, a situação é bem pior.

O desemprego no trimestre findo em janeiro foi de 14,2%, o pior desde o início da pesquisa do IBGE. 14,3 milhões de brasileiros

desempregados, cerca de 200 mil pessoas a mais do que no trimestre anterior e 2,4 milhões de pessoas a mais do que no mesmo trimestre de 2020, antes da pandemia. Comparado com o início de 2020, por exemplo, o número de ocupados caiu 8,6%, 8,1 milhões de pessoas perderam o trabalho.

Os dados revelam a precarização: empregados sem carteira assinada no setor privado são 3,6% a mais, os trabalhadores por conta própria sem CNPJ subiram 4,8% (826 mil) e domésticos sem carteira, mais 5,2%. A taxa de informalidade nos desalentados, que gostariam de trabalhar mas nem procuraram emprego, somam 5,9 milhões de pessoas.

O mês de março, que prometia ser um mês de terror no Brasil, confirmou os péssimos prognósticos. O Brasil contabiliza 321 mil mortes por Covid-19. Nessa contagem fúnebre, só perde, em números absolutos para os EUA. Tudo indica que ultrapassaremos os EUA em três meses.

A corrida pela vacina e as medidas de isolamento, uso de máscara e cuidados de assepsia são as medidas mundialmente indicadas de prevenção. Trump e Bolsonaro contestaram essas práticas. Os EUA se livraram do Coronatrump. O Brasil segue infectado pelo vírus Bolsoguedes.

Os EUA já vacinaram 30% de sua população com a primeira dose e 17% com a segunda. O Brasil, 3,1% com a primeira e 0,9% com a segunda. O governo federal não agiu de forma objetiva para adquirir vacinas em quantidade suficiente e até questionou, mais de uma vez, a eficácia e a segurança da vacina. Não fosse o Instituto Butantan, estaríamos ainda mais atrasados.

As medidas de restrição, que funcionaram bem em países desenvolvidos, nas duas ondas da pandemia, aqui tem eficácia reduzida, pois o próprio presidente da República as sabotou e tenta desmoralizá-las. Além disso, por conta

da desigualdade e da miséria, esse tipo de medida afeta os mais pobres, seja por terem de sair para buscar a renda para alimentação da família, seja pelas condições precárias de moradia, com ambiente de pouca ventilação com muitos moradores em cada cômodo.

Diante disso, a aceleração da vacinação é vital para salvarmos centenas de milhares de vidas. Os governadores precisam assumir a vanguarda desse processo, se necessário recorrendo, sempre que necessário, ao STF. A outra medida, reforçar o isolamento, só será viável se retomado o auxílio emergencial em valor e abrangência compatíveis com a situação e condicionado à real condição de isolamento social, verificado por amostragem pelas autoridades locais.

Mas Paulo Guedes continua com sua obsessão com corte de gastos. E recusa-se a avaliar medidas tributárias emergenciais. Precisamos de R\$ 400 bilhões de reais para evitar o crescimento ainda maior da mortalidade genocida. Com isso, poderíamos pagar auxílio de R\$ 600 reais por mais oito meses, até a vacinação atingir 75% da população adulta. E existem meios reais de obter esse valor.

Primeiro, usando cerca de 50 bilhões de dólares das reservas internacionais, o que daria algo em torno de R\$ 280 bilhões. E tributando, na forma de contribuição social, os lucros e dividendos das empresas, à mesma alíquota do Imposto de Renda das Pessoas físicas. Isso permitiria completar os R\$ 400 bilhões e permitir que milhões de pessoas fiquem em casa, reduzindo a circulação do vírus, as internações e mortes.

Fonte: 247 – Por Chico Vigilante
Diretor da CNTV

Sindsegur notifica interfort sobre irregularidades no salário do mês de março



Nesta quinta-feira, 8 de março, representantes do Sindsegur estiveram na sede da Interfort para notificar a empresa sobre irregularidades no pagamento do salário do mês de março dos

vigilantes que trabalham no turno da noite.

São diversos direitos dos trabalhadores que estão sendo pagos abaixo do valor da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), dentre eles: adicional noturno e de periculosidade, hora noturna reduzida, DSR, dentre outros.

O nosso sindicato está atento e vai continuar cobrando política e judicialmente, que as empresas de vigilância cumpram os direitos trabalhistas da nossa categoria. Essa tem sido a tarefa diária da diretoria do SINDSEGUR. Junte-se a nós!

FONTE: sindsegur

Empresário puxa-saco que ofereceu jantar para Bolsonaro faz demissão em massa



Washington Cinel | Reprodução / Youtube

Da Coluna de Lauro Jardim no Globo.

Anfitrião do jantar de ontem em São Paulo com empresários, Washington Cinel recebeu o presidente no meio de uma semana pesada.

Entre hoje e amanhã, a Gocil, empresa de segurança privada da qual é dono, está enxugando seus quadros, demitindo inclusive nas áreas administrativas.

Cinel diz que as demissões já estavam programadas e é resultado da crise econômica produzida pela pandemia.

(...)

Fonte: DCM

Quem é Washington Cinel,

bilionário ruralista, ex-PM e anfitrião de Bolsonaro

O empresário diz que incentivou o filho a ter armas para usar nas fazendas do clã. As filhas são colecionadoras de arte

Cinel é fundador do Gocil Serviços de Vigilância e Segurança, uma das maiores do Brasil no setor, após resolver uma ocorrência na sede da Rede

Washington Umberto Cinel nasceu em Reginópolis, interior de São Paulo, é ex-policia militar, ruralista e figurante na aristocracia brasileira. Um bolsonarista à moda da casa, o baixo clero da fidalguia paulista.

Bilionário, o empresário gosta de abrir as portas de sua mansão, de 1,7 mil metros quadrados de área construída, na rua México, no Jardim Europa, bairro rico da zona sul da capital paulista, para receber artistas em eventos beneficentes, como um almoço em prol do Hospital do Câncer de Barretos, ou políticos.

Foi em um dessas reuniões, realizada na última quarta-feira (7), que o nome de Cinel circulou entre os principais portais do país.

Ele foi o anfitrião de um encontro do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) com um grupo pequeno de empresários, exatamente na mansão que gosta de ostentar, que já pertenceu ao falecido Antônio Ermírio de Moraes, e que foi adquirida em um leilão no ano de 2015, por R\$ 39 milhões.

Cinel é fundador do Gocil Serviços de Vigilância e Segurança Ltda, uma das maiores do Brasil no setor, o que lhe garantiu a alcunha de “rei das terceirizações”.

Um dos seus mais generosos contratantes é o governo de São Paulo, que desembolsou, somente em 2020, R\$ 68 milhões em contratos com o empresário. A empresa divulgou que seu faturamento no ano passado foi de R\$ 1,2 bilhão.

Se os contratos com o governo de São Paulo são recentes, a amizade de Cinel com o governador paulista, João Doria (PSDB), vem de longe. O empresário ficou responsável

por passar o chapéu entre amigos ricos para financiar a campanha do tucano em 2018.

Cinel é conselheiro para assuntos de Segurança Pública e um dos fundadores do Grupo de Líderes Empresariais (Lide), que tem em Doria seu expoente mais ilustre. Em 20 de dezembro de 2019, no Palácio dos Bandeirantes, Cláudia Cinel, companheira de Washington, foi responsável por oferecer o jantar de natal para o casal Doria.

Em 2017, a dupla expandiu para além do Brasil a parceria e fundaram o Lide Paraguay. No país vizinho, começaram o lobby para a recepção de empresários brasileiros e Cinel fundou a Villa Oliva Rice, uma das maiores produtoras de arroz em território paraguaio.

A festa de inauguração da empresa contou com a presença do então presidente Horácio Cartes.

A Villa Olivia Rice fornece arroz para a Camil e Guacira e ocupa uma área de 20 mil hectares no Paraguai. Moradores da região acusam a empresa brasileira de desviar o curso de rios para irrigarem a lavoura.

Carreira e família

Cinel se formou em 1976 na Academia de Polícia do Barro Branco. Já nas ruas, foi chamado para atender uma ocorrência na sede da Rede Globo em Bauru. Lá, foi contratado pela emissora para fazer segurança privada. Foi quando fundou a Gocil.

É comum, embora possa ser ilegal, que ex-policiais militares fundem empresas de vigilância. Porém, Cinel foi além e viu no agronegócio uma possibilidade de expandir.

Hoje, é sócio ou proprietário de diversos empreendimentos no setor, como a Brangus Brasil Agropecuária Ltda, com sede em São Manuel, no interior de São Paulo, onde cria gado da raça Brangus, claro. (...)

FONTE: Brasil de Fato - Igor Carvalho

Frentistas, caixas de supermercado, motoristas: profissões que mais matam na pandemia

Levantamento feito com base no Caged revela aumento de óbitos de trabalhadores de serviços considerados essenciais e que não puderam ficar em casa



Estudantes protestam na Avenida Paulista: professores também estão entre as profissões com óbitos na pandemia

Frentistas de postos de gasolina, caixas de supermercado, motoristas de ônibus, vigilantes. Essas são algumas das profissões que mais matam no Brasil em tempos de pandemia. O levantamento, feito para o El País pelo estúdio de inteligência de dados Lagom Data, indica que trabalhadores que não puderam ficar em casa foram os mais atingidos pelo novo coronavírus. As mortes entre frentistas, por exemplo, aumentaram 68% na comparação entre janeiro e fevereiro de 2020, antes da pandemia, e no mesmo período deste ano, já entre os piores meses da crise sanitária. No

caso dos operadores de caixa de supermercado os óbitos subiram 67% na comparação entre os dois períodos. Motoristas de ônibus, 62% mais mortes. E entre os vigilantes, inclusive profissionais terceirizados como os que monitoram temperatura na entrada de centros comerciais, as mortes aumentaram 59%.

A base de dados utilizada para o levantamento é o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, o Novo Caged, ligado ao Ministério da Economia. O sistema, explica o El País, coleta informações mensais sobre contratos formais de emprego. E inclusive

o motivo de encerramentos, como a morte, apesar de não informar a causa. Assim, claro, não é possível afirmar que todos os óbitos no período foram relacionados à covid-19, mas o conceito de “excesso de mortes” com base neste banco de dados permite a comparação.

Profissionais de saúde, principalmente técnicos de enfermagem, professores, trabalhadores da construção civil e do setor de transporte também figuram entre as profissões que mais matam. Leia reportagem completa no El País.

Excesso de mortes

Além disso, os epidemiologistas utilizam esse conceito de “excesso de mortes” para avaliar o impacto de uma doença na sociedade. Assim, mesmo que uma pessoa não morra por causa da covid-19, ela pode ir a óbito devido a outras complicações devidas à doença, como a falta de leitos de UTI, por exemplo. Dessa forma, o procedimento usado para o levantamento calcula a média de mortes esperada para um dado período e compara esse dado ao total de mortes registradas por quaisquer causas na pandemia.

De acordo com dados do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), o Brasil registrou mais de 275.500 mortes por causas naturais além do “esperado” em 2020: um excesso de 22%. Os dados do Caged mostram que para os trabalhadores de atividades consideradas essenciais as taxas de excesso de mortes foram muito superiores à média da população. São as profissões que mais matam na pandemia

“São números fortes, principalmente considerando que o cadastro do Ministério do

Trabalho só capta dados do mercado formal. Ou seja, não estão contabilizadas aqui as mortes de autônomos e microempresários individuais”, ressalta a reportagem do El País. “A análise mostra que a mortalidade foi mais alta nas atividades mais claramente essenciais, como comércio de víveres e transportes. Olhando os aumentos de maneira proporcional, as ocupações com os maiores aumentos de mortes são as que dependem de contato direto com o público e não pararam durante a pandemia.”

Sem escolha

Com a renda reduzida e sem auxílio emergencial, lembra a reportagem do El País, muitos trabalhadores ficaram emparedados: a dificuldade financeira sem trabalhar e o risco de morrer ao exercer suas atividades. “Esses trabalhadores revoltados com a situação não precisavam estar nessa situação. Como é que se coloca uma pessoa numa escolha dessas?”, questiona o pesquisador Yuri Lima, do Laboratório do Futuro da Coppe, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Ele defende políticas de renda e crédito para manter as pessoas vivas sem precisar sair de casa e mais empregos garantidos para quando a situação melhorar, informa o El País. “O auxílio já é muito pouco para alimentar uma família, mas sem ele é inviável ficar em casa”, diz Lima. “Na comédia dos erros brasileira, Bolsonaro passou 13 meses insistindo no falso dilema entre salvar vidas e salvar a economia. Acabou prejudicando ambas”, finaliza a reportagem.

Fonte: Redação RBA

Inimigo dos trabalhadores quer proibir entidades sindicais de receber quaisquer tipos de recursos

O projeto de lei (PL 1.124/21), do deputado Paulo Eduardo Martins (PSC-PR), visa incluir o artigo 567 na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) para vedar que as entidades sindicais recebam qualquer tipo de contribuição ou auxílio pecuniário ou estimável em dinheiro de pessoa física, entidade ou governo estrangeiros.



Inimigo dos trabalhadores. Deputado federal Paulo Eduardo Martins | Foto: Agência Câmara

De acordo com o projeto, fica proibido a entidade sindical receber, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou pretexto, contribuição ou auxílio pecuniário ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de pessoas física, entidade ou governo estrangeiros, sob pena de cancelamento automático do registro sindical.

Na justificativa, o autor argumenta que tal possibilidade de financiamento externo se configura numa intervenção política de outros países no Brasil por meio de entidade sindicais.

Projeto com esse tipo de conteúdo quer apenas enfraquecer a organização e estrutura sindicais. Visa, tão somente, fragilizar financeira e economicamente os sindicatos. Trata-se de lógica preconceituosa, pois o movimento sindical no mundo inteiro faz parcerias, com o fim de intercâmbio e troca de experiências, entre outras que podem envolver convênios com propósito de ajudar na formação e estruturação sindicais.

Isto chama-se assédio financeiro-material às entidades sindicais, a fim de tentar inviabilizar a luta dos trabalhadores.

Falsos e frágeis argumentos

“A política nacional não pode, em qualquer de suas esferas, estar submetida a interferências estrangeiras sob pena de ameaça à autodeterminação do povo brasileiro acerca das escolhas tomadas para a condução de seu destino”, justifica.

O deputado ainda associa a proibição fazendo analogia aos partidos políticos. “O presente projeto, dessa forma, estende às entidades sindicais a proibição prevista no artigo 17 da Constituição Federal relativamente aos partidos políticos, garantindo-se, assim, a soberania nacional e os interesses de todos os brasileiros contra interferências externas ilegítimas”, finaliza.

Todavia, o deputado não faz menção as formas de financiamento das agremiações que, de acordo com a Constituição, são proibidas de receber financiamento externo, mas contam com fontes seguras de sustentação financeira para suas atividades.

Considerações

Se considerarmos que se refere apenas às entidades e pessoas físicas e jurídicas estrangeiras, é discutível. Essa regra já vale para partidos políticos (art. 17, II). E a Lei do Estrangeiro previa a vedação de atuação sindical desse.

A Lei de Migração de 2017 afastou essa proibição, em atendimento ao disposto no Digesto de decisões (5ª ed. 2006) do Comitê de Liberdade Sindical da OIT (Organização Internacional do Trabalho) no item 420, segundo o qual “a legislação deve ser flexibilizada de modo a permitir que as organizações elejam seus líderes livremente e sem obstáculos, e para permitir que os trabalhadores estrangeiros

tenham acesso a postos sindicais, pelo menos após período razoável de residência no país anfitrião.”

Esse Digesto decorre da interpretação da Convenção 98 da OIT (já ratificada pelo Brasil) quanto da Convenção 87 (ainda não ratificada).

Ocorre que os sindicatos, com o fim da contribuição sindical, perderam o último elo que havia com o Estado. Diversamente dos partidos, que são pessoas de direito privado, mas que recebem recursos públicos, os sindicatos são entidades puramente privadas e o princípio da liberdade sindical e à vedação de interferência e a intervenção do Poder Público na organização sindical, a lei não poderia dispor de forma genérica quanto à essa vedação, que não é aplicável a outras formas de associação privada.

Assim, uma lei com esse caráter teria que ser mais precisa e dizer em que circunstâncias e para que fins seria vedada essa interferência estrangeira. Por exemplo, vedar que governos estrangeiros doem, até procede, pois haveria risco de interferência política séria. Mas vedar que ONG (organizações não governamentais) internacionais, fundações doem, é muito pesado.

Tramitação

O projeto aguarda despacho do presidente da Câmara dos Deputados. Deverá ser apensado a projetos já em tramitação na Casa, que tratam de forma de financiamento das entidades sindicais.

As proposições são, em geral, analisadas nas comissões de Trabalho; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça da Casa. Entretanto, só no despacho da Presidência que que a tramitação vai ser oficialmente definida.

Fonte: DIAP

O DIEESE divulgou ontem, 08/04, os dados de março da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (PNCBA)

Cálculo



Em março de 2021,
o **salário mínimo**
deveria ter sido
R\$ 5.315,74



Mensalmente, o DIEESE estima o valor do salário mínimo necessário com base na cesta mais cara e levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e da família dele com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência.

Em março de 2021, o salário mínimo necessário deveria ser de R\$ 5.315,74, o equivalente a 4,83 vezes o mínimo vigente, de R\$ 1.100.

Confira a pesquisa na íntegra:

<https://www.dieese.org.br/analisecestabasic/a/2021/202103cestabasic.pdf>

fonte: DIEESE

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF